



Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 086.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1.988
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Sra. Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Antônio Belinati.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Acyr Meszadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Artação Mattos Leão, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Milton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (32).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Vera Agibert, José Alves, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Domingos Scarpellini, Esequias Losso, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Quêlse Crisóstomo e Valderi Mendes Vilela (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 89/88

Curitiba, 05 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transferir à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, para aumento e integralização de capital, na forma do art. 10, § 3º, da Lei nº 5.948, de 27 de maio de 1969, o imóvel com área total de 3.050,09m² (três mil e cinquenta metros e nove decímetros quadrados), situado nesta Capital, com 36,70 metros lineares de frente para a Rua Barão do Rio Branco, objeto da matrícula 9566, Registro nº 01/9566, do Registro de Imóveis do 7º Ofício da Comarca de Curitiba.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração, porque, com a transferência do referido imóvel ao patrimônio da PARANATUR, serão ensejadas melhores condições no sentido da utilização, exploração e administração do centro de Convenções de Curitiba cujo procedimento, em seu aspecto formal, atende o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 5.948, de 27 de maio de 1969 (Lei de criação da PARANATUR), que dispõe sobre a permissibilidade de se transferir bens de propriedade do Estado, para a integralização ou aumento de capital da Empresa, quando se tratar de interesse turístico, como, aliás, é revestida a medida ora proposta.

Vale destacar que no texto do anexo anteprojeto de lei figura dispositivo expresso no sentido de que a transferência em questão seja precedida de avaliação do imóvel, pelo seu valor real à época da integralização do capital do Estado na empresa em referência.

Certo de que a medida proposta merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, para aumento e integralização de capital, na forma do artigo 10, § 3º, da Lei nº 5.948, de 27 de maio de 1969 e sob a condição estabelecida nesta Lei, o imóvel com área total de 3.050,09m² (três mil e cinquenta metros e nove decímetros quadrados), situado nesta Capital, com 36,70 metros lineares

de frente para a Rua Barão do Rio Branco, objeto de matrícula 9566, Registro nº 01/9566, do Registro de Imóveis do 7º Ofício da Comarca de Curitiba.

Parágrafo Único - A transferência de que trata esta lei será precedida de avaliação do imóvel, pelo seu valor real à época da integralização do capital do Estado na Empresa.

Art. 2º - A transferência ora autorizada, dar-se-á sem ônus para a beneficiária, a qual, no entanto, fica obrigada, por ato próprio e juridicamente adequado, a destinar o imóvel transferido à utilização, exploração e administração do Centro de Convenções de Curitiba.

Art. 3º - A transferência ora autorizada atenderá as demais formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 90/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 04/88-SETR, celebrado em 02 de junho de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de CIANORTE, objetivando ação conjunta no sentido da execução de melhoramentos, administração e conservação do Aeroporto daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 91/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos seguintes:

N. de Ordem e data	Data Conv. Aditado
1º, 03.06.88	20.11.87
Objetivo	

Reforma e adaptação do Parque Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco;

N. de Ordem e data	Data Conv. Aditado
6º, 26.05.88	15.07.83

Objetivo

Fomento da fruticultura;

N. de Ordem e data	Data Conv. Aditado
6º, 08.06.88	28.11.84

Objetivo

Eradicação do bicudo do algodoeiro; e

N. de Ordem e data	Data Conv. Aditado
10º, 08.06.88	06.06.79

Objetivo

Fiscalização do Comércio de Materiais de Multiplicação Vegetal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 92/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de CAPANEMA e da LAPA, ambos datados de 08 de junho de 1988, objetivando promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 93/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios, datados de 13 de julho do corrente.

ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios de ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL, COLOMBO, CONTENDA, MANDIRITUBA, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, RIO BRANCO DO SUL, e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando a aplicação de recursos financeiros na região metropolitana de Curitiba, com vistas a propiciar energia elétrica a beneficiário de baixa renda, através dos serviços da COPEL, nos moldes da Campanha de Ligação de Consumidores - CLIC URBANO.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 94/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 14 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios de CAMPINA DA LAGOA, IGUAÇU, JANIÓPOLIS, MANDAGUARI, SÃO CARLOS DO IVAÍ, TAPIRA e TELÊMACO BORBA, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 95/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 28 de abril de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de ALTÔNIA, ALTO PIQUIRI, AMAPORÁ, APUCARANA, ARAPONGAS, ARARUNA, ATALAIA, BARBOSA FERAZ, BELA VISTA DO PARAÍSO, BOA ESPERANÇA, CAMBIRA, CAMPO MOURÃO, CENTENÁRIO DO SUL, CIANORTE, CIDADE GAÚCHA, CRUZEIRO DO OESTE, DIAMANTE DO NORTE, DOURADINA, DOUTOR CAMARGO, FLORAÍ, FLORESTA, FRANCISCO ALVES, GUAIRAÇÁ, GUAPOREMA, ICARAIMA, INDIANÓPOLIS, IPORÁ, ITAGUAJÉ, ITAMBÉ, ITAÚNA DO SUL, JAGUAPITÁ, JAPURÁ, LOBATO, MAMBORE, MARILENA, MARILUZ, MIRADOR, NOSSA SENHORA AS GRAÇAS, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, NOVA LONDRINA, PAIÇANDU, PALOTINA, PARAÍSO DO NORTE, PARANAVAÍ, PÉROLA, PLANALTINA DO PARANÁ, PORTO RICO, QUERÊNCIA DO NORTE, RONDON, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TAMBOARA, TERRA BOA, TERRA RICA, UBIRATÁ, UMUARAMA, URAÍ e XAMBRE, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 96/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de PRIMEIRO DE MAIO, o imóvel urbano medindo 152.571,09m², situado no lugar denominado Parque Turístico de Primeiro de Maio, havido pelo Estado, conforme matrícula sob o n° 1266, protocolo n° 6182, do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta os interesses superiores da Administração, configurando-se justa, oportuna e necessária a medida, porque, conforme justificativa apresentada pela Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e transcrita no Ofício n° 485/88, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio, há demonstração de interesse do Município em administrar o Parque, que, por se caracterizar tão somente como ponto de la-

ser local, não contribui para o incremento da atividade turística do Estado, além do que as despesas com a manutenção do referido Parque têm sido por demais onerosas aos cofres da PARANATUR, sem que a receita a ser gerada pelo mesmo venha cobrir estes custos e, ainda, levando-se em conta que o Parque pertencia anteriormente ao próprio Município.

Vale destacar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência fique gravado com a cláusula de inalienabilidade e que revertsa ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de PRIMEIRO DE MAIO, o imóvel urbano medindo 152.571,09m², situado no lugar denominado Parque Turístico de Primeiro de Maio, matriculado sob o nº 1266, protocolo nº 6182, do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e cuja destinação será mantida em favor do interesse geral voltado ao turismo e ao lazer.

Art. 3º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 97/88

Curitiba, 10 de agosto de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a ALZIRA LEITE DA SILVA, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia, José Terto da Silva.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa é por todos os aspectos indiscutivelmente justo e oportuno, eis que virá ensejar as condições mínimas de sobrevivência à viúva do Sr. José Terto da Silva, ex-Suplente de Delegado de Polícia de São João do Ivaí,

que perdeu a vida em decorrência do exercício de atividade policial.

Ocorre que o referido cidadão, porque exercia as funções de Suplente de Delegado de Polícia por designação, sem, portanto, qualquer vínculo empregatício com o Estado, deixou de contribuir para instituições previdenciárias oficiais, não assegurando, em razão dessa circunstância, nenhuma pensão ou pecúlio à sua família.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica concedida a ALZIRA LEITE DA SILVA, viúva do ex-suplente de Delegado de Polícia José Terto da Silva, uma pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência.

Parágrafo Único. A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 140

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo subscrito, no exercício do mandato popular, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja o Projeto de Lei n° 280/88 votado em Regime de Urgência.

O referido projeto é oriundo da Mensagem Governamental n° 80/88, e visa desafetar o imóvel Amaporã da destinação anteriormente atribuída e destiná-lo à colonização.

Sem dúvida, o pleito merece atenção imediata, visto que poderá minorar o sofrimento de pelo menos 07 famílias de agricultores sem-terra do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 147

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora

do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de ALTO PIQUIRI.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N° 148

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de ICARAÍMA.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos,

está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N° 149

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de PÉROLA.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N° 153

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo

Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de ALTÔNIA.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N° 150

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de IPORA.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando

fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N° 159

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de UMUARAMA.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N° 160

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Ex-

Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de XAMBRE.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, e ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da LBA, Dr. Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Sra. Débora Dias, e à Defesa Civil do Paraná, solicitando o auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao Governo e a estes órgãos, ao Município de FRANCISCO ALVES.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, justifica-se no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta

de recursos. Os chamados bôias-frias, por se encontrarem sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentos, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos, encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social do Município.

REQUERIMENTO N. 141

Senhor Presidente.

Este Parlamentar REQUER, no uso de suas atribuições, após a manifestação do Plenário, a aprovação de Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 237/88, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini.

Sala das Sessões, em 15.08.88

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N. 130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão, e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N. 143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor REINALDO EGON LAMB, ocorrido no Distrito de Iguiporã, localizado no Município de Marechal Cândido Rondon, no dia 14.08.88.

O fato abalou de forma profunda a localidade pois foi um dos pioneiros. Conquistou um grande número de amigos e sempre viveu cercado de seus parentes e demais moradores do Distrito.

Desta decisão, REQUER seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço.

Senhora Alaira Setter Lamb - Distrito de Iguiporã - CEP 85.865

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 144

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro JUCUNDINO DA SILVA FURTADO, ocorrido nesta cidade em 13.08.88.

Foi um dos homens públicos mais destacados da vida econômica-política-social de nosso Estado. Exerceu o cargo de Secretário da Educação e Cultura no primeiro Governo Ney Braga, Presidente do BANESTADO, Vice-Presidente do Conselho Federal de Educação, Professor Catedrático da Universidade Federal do Paraná, além de muitos outros em sua vida pública. Na área privada ocupou o cargo de Diretor Financeiro em rede hoteleira.

Era casado com a Senhora Circe Maria de Munhoz Furtado; deixou dois filhos.

Seu falecimento colheu de surpresa e trouxe profunda consternação à sociedade paranaense, principalmente nas cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu, onde mantinha vários empreendimentos e um grande número de amigos.

Da decisão requer ainda que seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Visconde de Guarapuava, 4415, ap. 2201, 80230 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JUCUNDINO DA SILVA FURTADO, no último dia 13, nesta Capital.

Outrossim, solicitamos seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Empresário e político dos mais destacados, o extinto foi Secretário de Estado da Educação e Cultura no primeiro governo Ney Braga; Presidente do Banco do Estado do Paraná, além de outros cargos na vida pública paranaense. Destacava-se também como diretor de empresa financeira, de uma rede hoteleira, professor catedrático na área de economia da Universidade Federal do Paraná.

REQUERIMENTO N° 139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações ao jornal "O Antoninense", de Antonina-PR, pela passagem, nesta data, do seu 22° ano de existência.

nense", de Antonina-PR, pela passagem, nesta data, do seu 22° ano de existência.

Requer, outrossim, que cópia do presente requerimento seja enviada ao seu Diretor-Proprietário, Sr. Admaro Santos (Rua Dr. Carlos Gomes da Costa, 21 - Antonina-PR), e ao Sr. Alfredo Jacob Filho (Travessa Rafael Greca, 99, ap. 62-A, Bairro Água Verde, n/capital), bem como à Câmara de Vereadores e ao Sr. Prefeito Municipal de Antonina.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Fundado há 22 anos, o jornal "O Antoninense" tem prestado inestimáveis serviços à coletividade de Antonina, constituindo-se, mercê da acolhida, do respeito e do apreço que desfruta entre a população deste município litorâneo paranaense, em insubstituível elo comunitário.

Folhear e consultar as edições dos 22 anos passados de "O Antoninense", é entrar em contato com a história e a vida de Antonina, pois as páginas do quinzenário têm acompanhado toda a trajetória dos antoninenses, desde a época do impulso original para a sua criação até a presente hora.

Os votos de congratulações ora propostos, são o reconhecimento desta Casa à importância dos jornais comunitários em geral e à de "O Antoninense" em particular, sendo, também, manifestação do desejo de que jornal continue acompanhando e registrando a vida dos antoninenses.

REQUERIMENTO N° 142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos trabalhos de hoje deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do 40° aniversário da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Fundada em 11 de agosto de 1948, a Casa do Estudante Universitário abrigou mais de 4.000 alunos das Universidades de Curitiba, que àquela Casa recorreram, diante da distância das suas famílias.

Em meio aos seus 40 anos de história, a CEU acumulou muitas alegrias e sempre representou uma grande conquista para todos os estudantes do Paraná.

Entretanto, nem tudo foi "flores". Sempre houve muitas dificuldades para manutenção da Casa, como opção àqueles estudantes que vêm à Capital do Estado, para buscar o saber universitário.

Pela CEU passaram, dentre os vários estudantes, figuras ilustres, que se destacaram na vida sócio-econômica, política e cultural do Paraná e do Brasil.

Que o nosso voto represente o reconhecimento do Poder Legislativo do Paraná ao

esforço e dedicação de todos os dirigentes, atuais e ex-moradores da CEU, que ao longo dessas quatro décadas se desdobraram para manter essa importante conquista para os paranaenses, que deveria, obrigatoriamente, ser mantida pelo Governo.

Que da decisão do Plenário, dê-se ciência à Diretoria da entidade supra mencionada.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do Dia Nacional das Misericórdias e pela realização do III Congresso Nacional das Santas Casas de Misericórdia.

O "Dia Nacional das Misericórdias", 15 de agosto, é alusivo às ações misericordiosas desenvolvidas, despretensiosamente, por seres caridosos que, inconformados com a atemorizante realidade social do nosso País, emprestam seus esforços pela causa dos mais carentes.

É essa a realidade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, mantida quase que exclusivamente por voluntários dotados do mais elevado espírito de fraternidade.

Quanto a realização do III Congresso Nacional das Santas Casas de Misericórdia, cabe informar da relevância do evento que envolverá nas mais variadas discussões, colaboradores e dirigentes das várias Casas de Caridade do País, na busca de soluções para as adversidades que surgem a todo instante.

Que represente o nosso voto, os cumprimentos do Poder Legislativo, pelas comemorações nesta data, como forma de reconhecimento e gratidão ao trabalho indispensável que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba desenvolve no seio da sociedade paranaense.

Que da decisão deste Poder, dê-se ciência à Instituição supra citada.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações ao jornal "O Antoninense", de Antonina-PR, pela passagem, nesta data, do seu 22° ano de existência.

Outrossim, requer, seja enviada cópia do presente ao seu Diretor, Sr. Admaro Santos (Rua Dr. Carlos Gomes da Costa, 21

- Antonina-PR), e ao Sr. Alfredo Jacó Filho (Travessa Rafael Greca, 99, ap. 62-A, Bairro Água Verde, n/capital), bem como à Câmara de Vereadores e ao Sr. Prefeito Municipal de Antonina.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

O referido jornal tem prestado inestimáveis serviços à coletividade de Antonina.

Folhear e consultar as edições dos 22 anos passados de "O Antoninense", é entrar em contato com a história e a vida de Antonina, pois as páginas do quinzenário têm acompanhado toda a trajetória dos antoninenses.

Os votos de congratulações são o reconhecimento desta Casa à importância dos jornais comunitários, manifestação do desejo de que o jornal continue acompanhando e registrando a vida dos antoninenses.

REQUERIMENTO N° 151

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Diretor Adjunto da Imprensa Oficial do Estado, Dr. João Luiz Goebel, votos de lowor pelas atividades que desempenha com dinamismo e eficiência frente àquele cargo, permitindo ao povo paranaense o conhecimento dos eventos oficiais, bem como os desenvolvidos por entidades representativas da população, através de uma divulgação excelente e exemplar aos demais órgãos de imprensa oficial de outros Estados.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 152

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, votos de lowor pelo excelente e dinâmico trabalho que desenvolve frente àquele Passara, auxiliando e promovendo os setores industrial e comercial do Paraná, resultando num progresso acentuado.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 154

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Associação Beneficente de Goioerê.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente de Goioerê é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de pessoas carentes.

Entretanto, em função dos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães Nossa Senhora das Graças, localizado no Jardim Aeroporto, Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães "Nossa Senhora das Graças", atende dezenas de famílias carentes daquele município, através de orientação às gestantes e atendimento de recém-nascidos.

Entretanto, em razão da defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando atendimento àquela população carente.

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração, solicitando providências com vistas à adoção de um quadro próprio para os funcionários do DER.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Apoio:

Sabino Campos, Lauro Lobo Alcantara, Tadeu Lúcio Machado, Cândido Bastos, Artagão Mattos Leão, Hermas Brandão, Pirajá Ferreira, Amélia Hruschka, Acyr Mazzadri, Antônio Annibelli, Nereu Carlos Massignan, Raul Lopes, Gernote Kirinus, Antônio Bárbara, Dirceu Manfrinato e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

São inegáveis os relevantes serviços prestados pelo D.E.R. ao nosso Estado. Porém, a situação do seu quadro funcional é

delicada, seja pela falta de pessoal, seja pela defasagem dos salários.

Senão vejamos:

Em 1973, o D.E.R. tinha sob seus cuidados, dois mil quilômetros de estradas para um contingente de 6.000 funcionários. Atualmente o D.E.R. tem sob seus cuidados, 13.000 km de estradas, para um contingente de menos de 6.000 funcionários.

Os profissionais que são indicados para exercerem funções de Chefia, não recebem gratificação pelo trabalho desenvolvido, o que desmotiva os que as exercem e os que as pleiteiam.

Acreditamos que a tomada de medidas que venham a sanar estes problemas, são urgentes e melhorariam muito os serviços prestados pelo D.E.R., que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja reservada a data de 24 de agosto de 1988, às 15:00 horas, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Sr. SUNAU ITO, no Plenário do Palácio Dezenove de Dezembro.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO Nº 138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a manifestação contrária dos Srs. Deputados quanto a divulgada extinção da SUDESUL.

Requer também, o envio de ofício aos Srs. Parlamentares, coordenadores de todas as bancadas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com representação no Congresso Federal, no sentido de que igualmente se pronunciem de forma contrária à extinção da SUDESUL e de outros órgãos com atividades na Região Sul.

Sala das Sessões, em 15.08.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Vários jornais de hoje trazem estampadas notícias dando conta de que a SUDESUL, assim como outros órgãos, será extinta, de acordo com proposta orçamentária do Sr. Ministro da Fazenda, Máilson da Nóbrega.

Não é possível aceitar a extinção da SUDESUL, quando este órgão já não é mais decorativo e quando, de fato, já passou a ser de fundamental importância para se conseguir recursos condizentes com a contribuição do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o crescimento da riqueza nacional, tanto pelo adequado uso das verbas administrativas pela SUDESUL como

pela alta qualificação de seus quadros técnicos.

O retrospecto histórico e a análise criteriosa da utilização dos recursos aplicados na Região Sul é por si só suficiente para demonstrar que aqui não acontece como no Nordeste, com a SUDENE, por exemplo. Ali, a "indústria da seca" tem produzido um quadro bem diferenciado do nosso. Quanto mais recursos recebe a região Nordeste, mais rica fica a sua elite e mais pobre se torna a sua população mais carente. Em outras palavras: o aumento das aplicações de recursos - porque mal geridos e pior administrados -, agravam o quadro da miséria e da pobreza da região.

Mas, surpreendentemente, o Sr. Ministro da Fazenda não inclui a SUDENE entre os órgãos a serem extintos. Isto para não falar da Ferrovia Norte-Sul, o exemplo mais bem acabado de como não ser austero e de como não ter critérios racionais e técnico-administrativos na confecção do orçamento federal.

Não podemos nos limitar a gritar contra e nos conformarmos com a submissão do nosso País, via cortes orçamentários injustificáveis, aos ditames do FMI, interessado em proteger os interesses imperialistas dos países capitalistas centrais e em impedir o nosso desenvolvimento tecnológico.

REQUERIMENTO N° 132

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Dr. Rubens Bueno, no sentido de que sejam tomadas providências, de modo a serem criados instituições e organismos, visando a proteção da criança que sofre as mais diversas formas de agressões físicas por seus responsáveis.

Sala das Sessões, em 15.08.88

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Padece o mundo moderno de uma síndrome de agredir as crianças, e nelas descarregam todas suas frustrações e recalques, de forma que tais aberrações tenham um desaguadouro nas pobres e infelizes crianças.

O menor maltratado nos dias de hoje será sem sombra de dúvidas, uma pessoa adulta, (isso se lá chegar), com fortes e difíceis problemas de ordem comportamental e de difícil sociabilidade, avendo portanto, ser uma pessoa de difícil trato no futuro.

Não podemos nos calar ante tal estado de coisas, não podemos fazer vista grossa

e nem deixar de levar para discussão, tal problema.

Devem ser tomadas medidas urgentes, a exemplo se criou a Delegacia da Mulher, deve-se também criar um programa de defesa do menor, ou um serviço de proteção aos menores, que, repito, são espancados por seus pais, padrastos e madrastas, por seus irmãos maiores, ou outros. Quando são menores, são forçados a mendigar, roubar e até se prostituir, para que o lucro seja repartido com os que os exploram.

A criação de um órgão específico no sentido de que sejam todas as nossas crianças protegidas, amadas e amparadas, livres dessas barbaridades. É hoje uma necessidade de caráter transcendental, que não podemos postergar para o amanhã, sob pena de vermos cada dia mais crianças surradas, estupradas, seviciadas e maltratadas física e psicologicamente.

É necessário, que se invista também na criança que não está na rua, é necessário que se proteja a criança que foi pida por qualquer tipo de arte ou brincadeira de menor consequência.

É preciso criar-se uma equipe de advogados, psicólogos assistentes sociais, médicos que fiquem de plantão, durante todos os dias do ano, para socorrer tais crianças.

REQUERIMENTO N° 133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio ao Exmo. Sr. Iris Machado Rezende, Ministro da Agricultura e ao Exmo. Sr. Dr. José Gomes de Carvalho, Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a fabricação de antígenos para brucelose e tuberculina para testes de tuberculose em animais domésticos. O fabrico desses produtos biológicos, seria feito através do TECPAR, órgão vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio.

A situação que hoje vivemos é de tal dependência, do LANARA, Laboratório Nacional de Referência Animal do M.A. que não possui capacidade operacional para atender toda demanda nacional desses reagentes biológicos.

Sala das Sessões, em 15.08.88

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal, continua a fazer ouvido de mercador, ante as necessidades dos Estados produtores, em especial com relação ao Governo do Estado do Paraná, onde o Governador Álvaro Dias, através da SEAB e do Secretário de Estado da Agricultura Osmar Dias, implantou um programa de melhoramentos genético de gado leiteiro,

através de inseminação artificial, visando desta forma dar um novo avanço ou uma arrancada no Estado do Paraná.

O Governo Federal através do LANARA-M.A. que é o Laboratório Nacional de Referência Animal, e o único órgão encarregado de manipular e fabricar tais antígenos e reagentes, para os exames de brucelose e tuberculose animal no Brasil.

O Governo do Estado do Paraná ao implantar tal programa, por sinal de grande aceitação no meio produtor, veio resgatar uma grande dívida, tanto no meio rural como no meio urbano, uma vez que propiciará de ora em diante, um fornecimento contínuo de leite aos nossos irmãos, assim como passa a evitar a importação de leite e derivados, como sempre o fez em governos passados.

O programa de melhoramento genético animal, através da inseminação artificial, hoje passa por inúmeras dificuldades uma vez a centralização absurda por parte desse órgão Federal, situado em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, não dispõem no momento de capacidade física operacional, para atender todos os Estados da Federação, na demanda desses produtos biológicos.

O Paraná é grande produtor de gêneros de origem animal, que hoje expõem sua população aos riscos de ingerirem tais alimentos, uma vez que os animais produtores, tanto de carne bovina e de leite, assim como os de carne de origem suína, não estão sendo submetidos a tais exames e diagnósticos.

Correm o risco o consumidor, o produtor corre o risco todo o programa implantado sem parafernália e bandas de músicas, por que não tem o Governo Federal a noção do que é abrir mão da centralização.

O Estado do Paraná possui hoje uma estrutura adequada, que é o TECPAR, da SEIC, que está equipado para produzir tais tipos de reagentes.

A tradição do TECPAR está alicerçada nos produtos que fabrica, como é o caso da vacina contra raiva bovina, seus técnicos são abalizados e competentes.

Hoje mais do que nunca, o Estado do Paraná, necessita desses produtos para salvaguardar seus interesses produtivos.

Se faz necessário que o Ministério da Agricultura, a exemplo de outros órgãos federais, deixem de centralizar tais processos e credenciem o TECPAR - da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, a fabricar antígenos e as tuberculinas tão necessárias para o diagnóstico dessas doenças infecto-contagiosas, tanto para os animais como para os humanos.

A necessidade de atendimento hoje, para o rebanho produtor de leite, de carne tanto suína como bovina, passa hoje das 300 mil doses.

As dificuldades por que passam os setores produtivos, são enormes e as incertezas que campeiam a solta no campo, em relação a economia nacional, deixam todos intranquilos. Não se podem movimentar animais vivos de um Estado para outro pela não existência de tais produtos, e também não se podem expor animais em feiras e exposições pela falta desses mesmos produtos, e mais grave ainda não se pode deixar uma população toda consumir um produto sem a certeza de que o animal que o produziu possui uma higidez total e em especial a tuberculose animal.

REQUERIMENTO N° 134

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde do Estado Dr. Delcino Tavares, sugerindo a implantação de um sistema de fiscalização, aos estabelecimentos que comercializam alimentos para o consumo humano, em especial, bares, lanchonetes e churrascarias, visando com tal atitude, proteger e defender à saúde dos consumidores.

Sala das Sessões, em 15.08.88

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Além de ser praticamente impossível fazer-se uma viagem em ônibus confortáveis, condizentes com os altos preços pagos pelas passagens rodoviárias, o nosso pobre e sofrido usuário de ônibus intermunicipais, vêem-se agora obrigados a ficarem a mercê dos proprietários de lanchonetes e restaurantes que existem nas estradas, onde os ônibus fazem seus pontos de parada para lanches ou refeições.

Os preços ali existentes estão longe do real, do permitido e do honesto. São alimentos sem qualidade e sem higiene. Alimentos esses que a Secretaria de Estado da Saúde não tem condições de fiscalizar, por estarem espalhados nas diversas lanchonetes e restaurantes existentes nas rodovias.

Com isso, esses alimentos apresentam-se sem condições de serem consumidos pelos passageiros, que com a pressa, pois a parada é pouca, fazem com que o consumidor não se aperceba do que realmente está consumindo, assim como não tenha tempo suficiente para escolher, discutir ou reclamar pelos preços absurdos que lhe são cobrados por alimentos, muitas vezes em condições de fazerem muito mal a quem os consome.

Requeremos a essa Douta Casa de Lei, que sejam efetuados estudos de modo que a SESB - FSCMR, estabeleçam condições que venham a fiscalizar a venda e a qualidade dos produtos servidos nesses estabelecimentos.

mentos.

Requeremos que sejam estabelecidos parâmetros de ordem legal, sanitária e fiscalizadora, de modo a coibir tais abusos, com a finalidade única de se enriquecer, às custas dos viajantes e usuários desses estabelecimentos, sem ao menos dar a mínima atenção e cuidado para com a saúde do povo.

Inúmeras são as queixas oriundas de usuários de restaurantes e lanchonetes, mas também o são de rodoviárias, que albergam em seus boxes esses tipos de estabelecimentos.

REQUERIMENTO Nº 135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, Dr. Iran Brzezinski, no sentido de que seja criada no Estado do Paraná, uma Central de Dados e Sementes Florestais Naturais das espécies nativas do nosso Estado, assim como criar Centrais Regionais de Dados e Sementes Florestais Naturais.

Sala das Sessões, em 15.08.88

JOSE ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O nosso Estado é o que mais devastação sofreu nesses últimos 50 anos. Nossas reservas florestais não passam hoje de 5% da área geográfica do Estado.

Os prejuízos com tal situação são tão grandes que são impossíveis de serem calculados nos diversos parâmetros técnicos, materiais e ecológicos.

A natureza foi agredida, ofendida, o que dela resta não se tem muita certeza que venha durar muito tempo. Espécies nativas que antes eram o nosso orgulho, hoje são tristes recordações.

Aos poucos, o patrimônio genético das florestas paranaenses estão desaparecendo.

O que estamos hoje assistindo são enormes desertificações verdes provocados pelos reflorestamentos com eucaliptos e pinus e que em nada contribuem para a preservação da nossa ecologia.

Possui o Estado do Paraná uma organização que é modelo para o Brasil, que é o ITCF, e hoje, mais do que nunca, para que se solidifique tal imagem, assim como para que se conserve para a posteridade, o que um dia existiu de belo, produtivo e natural no nosso Estado, se faz necessário tal materialização.

Sobeja a necessidade de se ver implantado no Estado do Paraná, uma Central de Dados e Sementes Florestais Naturais de modo que se perpetuem nossas espécies florestais nativas.

REQUERIMENTO Nº 136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, no sentido de que seja instalada uma balança para caminhões que transitam na BR-373 no trecho Três Pinheiros a Pato Branco.

Sala das Sessões, em 15.08.88

JOSE ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Com a política de desenvolvimento que o Governador Álvaro Dias vem dando ao nosso Estado, concretizada com a construção de 1.000 quilômetros de rodovia pavimentada, a região do Sudoeste do Paraná, está tendo no presente momento, toda a reforma e reestruturação da rodovia BR-373, com nova camada de capô asfáltica, assim como a construção da 3ª. mão nos trechos de aclave, o que só se tornou possível no atual Governo.

Recebe essa rodovia um trânsito considerável, de toda região Sudoeste do Paraná, assim como de municípios circunvizinhos ao nosso Estado e do Oeste Catarinense.

Sabe-se que a durabilidade de um pavimento asfáltico, tem um tempo limitado em função do tráfego e do peso que tais veículos transportam.

Os custos dessa obra, nós todos pagamos, e em especial os que trabalham e residem no Estado. Não justifica-se que, além de pagarmos o nosso próprio uso e fruto, o façamos para outros Estados, assim como nos sejam onerados custos de conservação.

Essa rodovia, a BR-373 é uma rodovia federal, mas de acordo com o convênio existente, a conservação e manutenção pertence ao Governo do Estado do Paraná, que hoje o faz.

O requerimento que se protocola à mesa dessa Casa de Leis é para que, em se instalando uma balança para aferição do peso real da carga, três objetivos se alcancem:

1º) Sabe-se na realidade quantas toneladas estão sendo transportadas, ou de acordo com as leis vigentes, impossibilitando-se, dessa forma, o uso inadequado da rodovia por caminhões com excesso de carga;

2º) Ao se saber da real quantidade de tonelage transportada, pode-se muito bem evitar a sonegação de impostos;

3º) No trecho compreendido entre Pato Branco, Três Pinheiros, Guarapuava e a rodovia que se destina ao Estado de São Paulo, não existe balança.

REQUERIMENTO N° 137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial da Política Habitacional, no sentido de que seja mudado o Sistema Financeiro Habitacional.

Sala das Sessões, em 15.08.88

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O número de mutuários que um dia tiveram o sonho de possuir um teto condigno para morar, uma casa própria para dar guarida aos seus familiares, hoje mais do que nunca, estão passando por um terrível pesadelo.

Paira sobre as suas cabeças, uma espada afiada, a espada da injustiça. Famílias inteiras estão, hoje, ante o dilema de comer para poder sobreviver, e não pagar as prestações da casa própria; ou pagar as prestações para não serem despejados, ou morrerem a míngua.

Os salários hoje percebidos, tanto pelo chefe da família, como a soma da renda familiar não permitem auferir rendimentos suficientes, para alimentação, para comprar a cesta básica, ensino e saúde.

Hoje mais do que nunca, se o governo estadual ou federal, se preocupa com o social, é necessário se fazer uma revisão do sistema de pagamento das prestações aos mutuários, do sistema COHAPAR, e outros similares existentes nos outros estados.

Por que tal?

Porque a correção das prestações é bem maior que a correção dos salários ou da renda familiar.

Por quê?

Porque a correção das prestações é bem maior que a correção dos salários. Porque o saldo devedor não é tão somente corrigido pelos índices da URP e sim pelo índice mensal da poupança.

Porque a correção trimestral das prestações jamais irá se igualar ao reajuste das categorias profissionais a quem pertencem os mutuários.

Exige-se hoje, ao menos, um pouco de coerência e respeito pelos pais de família, pela viúva, que não negam sua dívida, junto à COHAPAR, mas reconhecem que, da maneira como está posta a situação, é bem mais fácil abandonar o imóvel sonhado, perder-se o que já se pagou, e invadir outros conjuntos habitacionais, quais hordas de desordeiros e fanáticos que não recebem reprimenda alguma por lutarem por um teto, um lar, um local onde possam abrigar e criar condignamente os seus filhos.

O que se exige hoje é uma tomada de posição para que se revejam todos os contratos, todas as receitas familiares e se

coadune um novo plano de modelo de pagamento, para os menos assalariados e eternamente sempre mais massacrados por esse injusto e impatriótico sistema de habilitação, onde os humildes são sangrados até a última gota em prol dos "socialites" que figuram nas colunas dos jornais, sob as expensas do governo, cada vez mais distantes dos problemas sociais, das classes menos favorecidas.

Hoje se faz mister uma revisão justa dos Decretos Leis 2.164 de 19 de 09 de 1984. Decreto Lei 2.240 de 31 de 01 de 1985. Decreto Lei 41/85 e 47/85 do extinto B.N.H.

REQUERIMENTO N° 146

SÚMULA: Requer providências da Secretaria de Segurança contra ação de marginais na zona rural de Municípios do Noroeste.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente ao Douto Antônio Lopes Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando urgentes e enérgicas providências contra a ação de quadrilhas de marginais que vêm agindo na região Noroeste do Estado, mais particularmente no Município de Douradina, semeando o pânico e causando prejuízos aos moradores da área.

Sala das Sessões, em 15.08.88

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

São altamente intranquilizadoras as notícias que nos chegam da região Noroeste do Estado, em relação a atos de violência e furtos cometidos contra proprietários rurais.

Ainda na madrugada do último sábado - 13 de agosto - a Fazenda São Sebastião, de propriedade do senhor Ademar Ferreira Caldas, localizada no Município de Douradina, foi palco de um desses atos de verdadeira selvageria que, por pouco, não terminou em tragédia. Na ocasião, um bando de marginais tomou a propriedade de assalto, dominando todos os trabalhadores. Homens, mulheres e crianças foram amarrados e nessas condições permaneceram até a noite do domingo, 14.

Durante todo esse tempo, os bandidos fizeram ameaças, mataram animais, roubaram móveis, objetos e carros, enquanto aguardavam que os proprietários chegassem. E só desistiram do intento - talvez um seqüestro - depois de dois dias de espera em vão, quando então, deixaram a propriedade.

O fato, no entanto, não é isolado, pois há notícias de outros semelhantes na região. Com isso, o clima é de intranquilidade e inquietação entre proprietários e

trabalhadores rurais.

Em razão disso, faz-se necessária enérgica e imediata ação dos organismos policiais, através de verdadeira caçada em toda a região, de forma a prender e punir os marginais que infestam aquela área.

É indispensável que a ação policial, além disso, seja permanente, através de um reforço dos destacamentos da região e de melhor aparelhamento deles.

Caso contrário, o produtor e o trabalhador do campo já às voltas com tantos problemas, não terão como continuar trabalhando e produzindo.

Esse é o apelo que fazemos, na esperança de que o Senhor Secretário de Estado da Segurança e o Governo do Estado possam dar ao problema a solução que o caso requer.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º Orador inscrito Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - (Lê): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Li estarecido, a primeira página da "Gazeta do Povo" de hoje, na qual se menciona os cortes orçamentários propostos pelo Ministro Mailson da Nóbrega para o próximo ano.

Quem leu a notícia sabe que no que diz respeito ao Paraná e ao Sul do País, os órgãos a serem extintos são a SUDESUL, a EMATER, o IBC, o IAA, o FINEP, O PROJETO RONDON.

Apesar da revolta que de mim toma conta ao analisar as implicações e os critérios para tal proposta, venho aqui nesta tribuna comentar a questão com racionalidade, coisa, aliás que faltou e tem faltado na atual Administração Federal, preocupada ela que está, em mascarar com tinturas de sobriedade administrativa o que não passa de atendimento a interesses externos e prejudiciais ao nosso País.

Atenho-me à questão específica da SUDESUL. E pergunto: Por que nos cortes não está a SUDENE e as outras superintendências que atendem o Norte com regiões orçamentos anos após anos?

Quando o Governador Álvaro Dias apontou a insignificância dos recursos de que dispunha a SUDESUL, em absoluto quis a extinção do órgão. Outro era o seu objetivo; outra era a finalidade da sua crítica.

O que pretendia e ainda continua querendo o Governador do Paraná? É atender o Paraná.

Ora, evidentemente em defesa do desenvolvimento do Paraná e dos dois outros Estados da Região Sul, a intenção era e continua sendo a de conseguir o máximo de re-

ursos para a SUDESUL, pois é lógico que a SUDESUL, sem recursos seria - como era - um órgão apenas decorativo.

A SUDESUL não foi criticada para ser extinta, mas para se conseguir recursos condizentes com a contribuição do Paraná e do Sul do País.

A riqueza nacional, tanto por meio de verbas como através de quadros tecnicamente habilitados para apoiar o nosso desenvolvimento.

O resultado deste empenho, como os senhores sabem, tem sido a presença do Dr. Napoleão Mendes de Almeida na Superintendência da SUDESUL e do Dr. Norman Arruda como Superintendente adjunto para o Paraná na SUDESUL, pessoas da mais alta qualificação técnica e profissional, profundos conhecedores da economia e da realidade social da região Sul e especialmente do Paraná. Outro indicativo do resultado das gestões políticas exercidas pelas nossas lideranças é o total dos recursos com que a SUDESUL contaria para o próximo ano. Nada mais nada menos do que Cz\$ 74 bilhões. Que seriam careados ao Sul.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vossas Excelências são sabedores - como eu - de que os recursos aplicados na região Sul trazem em si a garantia de proporcionar o melhor dos retornos. Aqui não há desperdício de recursos e de quadros qualificados. O Paraná é a prova insofismável de que os recursos aqui aplicados, são recursos bem aplicados, geradores de bens e de riquezas para o Brasil e para os brasileiros. E as brasileiras do Senhor José Sarney.

Os resultados tem historicamente diferenciado a aplicação de recursos em nosso Estado e na região Sul das aplicações em outras regiões, como o Nordeste, por exemplo, onde a "Indústria da Seca" tem produzido um dado bem oposto ao nosso. Quanto mais recursos recebe a região nordeste, mais rica fica a sua elite e mais pobre se torna a sua população mais carente. Em outras palavras: O aumento das aplicações de recursos - porque mal geridos e pior administrados tem agravado o quadro de pobreza e de miséria da região.

Mas, surpreendentemente, o Sr. Ministro da Fazenda não inclui no seu guarda-chuva de austeridade o corte de qualquer vareta, digo órgão, localizado na região Nordeste.

Isto para não falar da Ferrovia Norte-Sul, o exemplo mais bem acabado de como não ser austero e de como não ter critérios racionais e técnico-administrativos na confecção do orçamento federal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, que faremos em vista desta situação? A declaração contrária, como a que estou fazendo agora, é importante, mas não é sufi-

Não podemos gritar contra e nos conformarmos com a submissão do nosso País, via cortes orçamentários injustificáveis como este da extinção da SUDESUL, aos ditames do FMI, interessado em proteger os interesses imperialistas dos países capitalistas centrais e que se esforçam por impedir o nosso desenvolvimento.

Ora, o desenvolvimento do nosso País, a intransigente defesa da tese de que os recursos aplicados continuam a ser aplicados ali onde de fato são bem aproveitados e tem, historicamente, proporcionado um bom retorno, são a garantia de que o nosso País não está abdicando do seu desenvolvimento presente e futuro em nome de uma austeridade ao gosto do FMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Arribelli)- Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez venho à tribuna para falar da reforma agrária. Parece que estamos em momento de muitas dificuldades.

Depois da visita que fizemos a Prudentópolis, onde testemunhamos a presença de mais de seis mil pessoas, mais de mil crianças numa situação de extrema miséria, hoje, temos a notícia do despejo em torno de quarenta famílias que estavam acampadas à beira da área pertencente a ELETROSUL, junto a Usina de Salto Osório, no Município de Quedas do Iguaçu.

De despejo em despejo, de acampamento em acampamento, vemos que o Plano Nacional de Reforma Agrária, assinado pelo Presidente Sarney, permanece apenas como documento de estudo nas Bibliotecas Públicas, já que o próprio Governo não a estuda e não a executa.

O Plano Nacional de Reforma Agrária como eu dizia em Prudentópolis, que o Presidente José Sarney, assinou e tem a obrigação de honrar a sua assinatura, pois não é concebível que uma autoridade que comanda a Nação Brasileira assine um documento gerando expectativas e fazendo com que os brasileiros acreditem no Plano Nacional de Reforma Agrária como uma realidade, e depois este mesmo Presidente nega a sua assinatura.

Espero que dentro desta República, chamada Nova ou Novíssima, a assinatura do Presidente seja honrada e se ela o for não teremos mais despejos e sim assentamentos. Não teremos mais mobilizações e sim colheitas das terras onde serão assentadas essas pessoas. Esses despejos que hoje se

realizam, a pedido da ELETROSUL fazemos com que gere cada vez mais, angústias e desesperos aos Prefeitos da região, aos Vereadores, a nós Deputados e a toda população que vê com intranquilidade toda essa mobilização. Não estamos num estado de guerra, estamos num estado democrático e como tal é preciso que se dê encaminhamento às questões sociais, cruciais que hoje afloram em todos os recantos deste País.

Ao fazer a denúncia deste despejo, só nos resta aqui, a ação da palavra e a nossa solidariedade com esta situação. Esperamos que a mobilização do Governo do Estado, da Secretaria de Estado da Reforma Agrária e a pressão que se possa fazer através deste Parlamento, façamos com que o Presidente José Sarney, acelere o seu Plano Nacional, desenterre-o dos arquivos públicos e transforme-o numa realidade para este País.

Vemos todos os dias e a toda hora, as mais destemperadas desculpas. A última foi o decreto lei do Presidente José Sarney, que permite que o proprietário reserve 20% da área e subdivide ainda as áreas em, no máximo, até 250 alqueires para serem desapropriados.

É evidente que esse decreto lei fez com que a Reforma Agrária ficasse apenas no papel e depois disso vimos ainda a caminhada da Constituinte em que a decisão tomada por voto da maioria, trouxe um retrocesso àquilo que os próprios militares tinham construído através do Estatuto da Terra.

De retorno ao passado, de regresso àquilo de que mais antiquado existe na definição da propriedade, esquecemos até os próprios documentos papais, quando falam que propriedade tem a sua função social. Há mais de um século isso já tinha sido definido.

Já houve tantas revoluções e tantas mobilizações em favor da terra e espero que aqui no Brasil a própria história seja o testemunho de que não devemos repeti-la, naquilo que tem de mais sangüinário, mas poderemos absorver o exemplo dela que na luta pela terra se fizeram grandes transformações sociais na Europa e no Japão. Isto tudo começou com a Revolução Francesa de 1789. Já se vão quase duzentos anos a serem comemorados o ano que vem, mesmo assim me parece que aquela mensagem que era uma mensagem liberal, capitalista, de antifeudalismo, ainda não tenha chegado neste pobre e triste País, pertencente a este outro pobre e triste continente da América Latina.

Será que voltaremos na próxima semana a falar aqui de despejos, de mobilizações, de acampamentos ou será que viremos aqui um dia para dizer: Obrigado, Governo Federal, porque estais honrando com a as-

assinatura que fizestes no Plano Nacional da Reforma Agrária.

Para encerrar, Senhor Presidente.

Presidente José Sarney, espero que a sua assinatura que vale tanto nas suas poesias e nas suas criações artísticas, nos seus livros e nos seus romances, traduzidos para o chinês, para o inglês, espero que esta assinatura que vem embaixo dos seus poemas seja tão honrada quanto a assinatura que fizeste no Plano Nacional da Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli)- Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, volto mais uma vez a esta tribuna para fazer um apelo à Bancada do PMDB nesta Casa para que sensibilize Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado a resolver de uma vez por todas a situação criada junto aos professores do Estado do Paraná.

A situação dos professores está se tornando insuportável e nós que a princípio acompanhamos e vimos a maneira, até certo ponto, desrespeitosa, feita por Sua Excelência junto aos professores, utilizando o dinheiro do povo do Paraná, indo aos canais de televisão e dizendo a este mesmo povo, que os professores ganham muito para trabalhar apenas quatro horas por dia, conclamava os pais para que mandassem seus filhos para a escola, mas esquecendo Sua Excelência, o Governador, de dizer aos pais que os professores não trabalham apenas quatro horas, trabalham ao sair de suas salas de aula, levando material para corrigir em casa. Muitos professores se obrigam a dar aulas em dois ou até três colégios por dia; pela manhã, à tarde, à noite, para poder sobreviver com o salário de miséria que ganham. Esqueceu-se Sua Excelência o Governador que em seus discursos, quando ainda Deputado Federal conclamava todos à greve, dizendo que deveriam lutar pelos seus direitos. Esqueceu-se Sua Excelência o Governador de que ele mesmo esteve à frente de várias greves conclamando as lideranças, e conclamando os segmentos de cada entidade, a que realmente fizessem as greves para lutar pelos seus direitos, e hoje o que vemos? O Governo do Estado ocupando espaços em horário nobre da televisão, com uma enxurrada de comerciais, jogando os professores contra a população, jogando a população contra os professores, dizendo que trabalham apenas quatro horas por dia, que ganham bem e que estão reclamando por uma coisa que não têm direito. É lamentável esta posição do Governo do Estado do Paraná, quando se sabe que tudo aquilo que

disse no comercial na televisão não é verdadeiro.

Por isso fazemos um apelo à Bancada do PDT nesta Casa, pede mais uma vez ao Governo do Estado do Paraná à Bancada do PMDB para que sensibilize Sua Excelência o Governador para que abra um diálogo com os professores. Os professores estão dispostos a conversar com o Governo do Estado, e com o Secretário de Estado da Educação, e no entanto o que é que se vê?

Um canal completamente fechado, sem a possibilidade de diálogo. Enquanto isso, já começamos a ver o reverso da medalha. A população começa a dar o seu apoio aos professores, e isso tem se sentido através de várias entidades, como de associações de pais e mestres fazendo manifestações, para evitar que alguma coisa pior venha a acontecer na sequência dos fatos, para evitar que logo tenhamos um novo acampamento em frente ao Palácio Iguazu, para evitar que, a qualquer momento, esta Assembleia possa vir a ser também tomada pelos professores, porque é um direito deles também de vir à Casa do Povo reivindicar, pedir aos Parlamentares apoio e que haja sensibilidade por parte do Governador.

É preciso que este diálogo, que este canal de negociações, se abra o mais rápido possível, sob pena de termos, na sequência, fatos desagradáveis.

Fica, mais uma vez, o apelo da Bancada do PDT. O apelo deste Parlamentar que tem acompanhado, diariamente, a movimentação dos professores, que tem sentido através das entidades, das associações de pais e mestres, através também dos pais de alunos, a necessidade de uma solução urgente para o caso. Chega de o Governador gastar o dinheiro do povo do Paraná para jogar a população contra os professores.

É hora de se tomar uma medida urgente, é hora de se abrir o canal para o diálogo e resolver, imediatamente, a situação dos professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

Companheiros artistas paranaenses, demais participantes desta sessão.

Certamente estamos começando a semana preocupados com mais um ato insano do Governo do Paraná, que decide expulsar e despejar da terra, duas mil famílias de trabalhadores sem-terra, da região de Prudentópolis, Irati e Inácio Martins.

Na última sexta-feira, o Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça do Paraná, em reunião extraordinária, decidiu autorizar o uso da força pública para realizar os despejos na região de Prudentópolis, numa das capitais de latifúndios improdutivos do Estado do Paraná.

Na semana passada lá estivemos, como disse muito bem o Deputado Nereu Carlos Massignan. Estiveram presentes os Deputados Domingos Scarpellini - Presidente da Comissão de Terras da Assembléia, Haroldo Rodrigues Ferreira, Nereu Carlos Massignan e Vera Agibert. Esteve também presente o Prefeito da cidade de Prudentópolis. Certamente esta Comissão terá que apresentar um relatório à Comissão de Terras da Assembléia, que transmitirá para todo o Poder Legislativo, a realidade e as conclusões que chegou esta Comissão de Parlamentares, naquele local.

Os trabalhadores disseram e dizem que irão resistir, que não são criminosos, não são grileiros, não são assassinos, não são ladrões; são brasileiros que querem alguns metros de terra para poder trabalhar e garantir o sustento de suas famílias; dizem também que são paranaenses que foram e estão sendo excluídos do processo produtivo, marginalizados e desprovidos das mínimas condições para viver com dignidade que todo ser humano merece. É isso o que eles dizem. É isso o que eles são e certamente o relatório da Comissão de Parlamentares que lá estiveram, não relatará de forma diferente.

É bom lembrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e eu gostaria de advertir que o Governo do Paraná está incriminando o seu Governo, mais uma vez, ao permitir o uso indiscriminado da violência contra trabalhadores rurais.

Quero lembrar que nos últimos quatro despejos executados pelo Governo do Estado do Paraná, foram cada vez mais, provas de violência crescente contra os trabalhadores rurais do Estado do Paraná.

Vamos lembrar o despejo realizado em Leopoldina, Nova Cantu, onde temos um pai de família até hoje inutilizado por balas de fuzil da Polícia Militar do Estado do Paraná, a mando do governo, é lógico. O despejo de Chopinzinho, onde temos pessoas inutilizadas até hoje, forçou pessoas idosas a carregarem fogueira à lenha nas costas e que estão inúteis até hoje.

E, por fim, o último despejo de Bitu-

rina, onde tivemos mais que cem feridos, muitos torturados, crianças malhadas e outros absurdos mais.

É bom lembrar que este Governo que aí está, e que a todo momento diz e prega que é cumpridor da lei; é de se perguntar onde está o cumprimento da Lei do Estatuto da Terra? É uma lei que existe e que se este Governo diz ser cumpridor da lei, deveria ter exigido a desapropriação de todos os latifúndios do Paraná que são improdutivos, e destiná-los à Reforma Agrária.

Este Governo se diz preocupado com o cumprimento da lei, parece-me que ele não está preocupado com as leis que mantêm os privilégios e a manutenção de privilégios para a classe dominante, pois neste ato que percebemos neste final de semana, e percebemos uma vez mais, que na hora em que for para defender o interesse dos latifundiários das empresas grileiras, das terras devolutas e depois mudaram as divisas à bala, como aconteceu em Inácio Martins, Prudentópolis e Irati, e aqueles que não concordaram, foram assassinados. Para esses, a justiça é lenta. Agora, quando se trata de garantir o direito aos trabalhadores, aí sim, num dia se pede a reintegração da posse e num outro dia se concede a liminar, e no dia seguinte o Tribunal de Justiça, através do seu Conselho de Magistratura, libera a força policial para executar e garantir um direito de posse, que é duvidoso e litigioso e todos sabemos muito bem, pois os depoimentos do Prefeito e da Deputada daquela cidade, confirmam que foram terras griladas, primeiro do Estado e depois foi ampliada a área, e hoje são mais de 10 mil alqueires, onde foram mudadas as divisas à bala, forçados e reprimidos pela forma que o latifúndio sempre dispôs.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apelamos para o bom senso deste Parlamento para que sensibilizemos o Governo do Estado do Paraná; vamos evitar o massacre, vamos evitar o confronto, e vamos lutar para que a justiça seja feita. Que a terra improdutiva esteja nas mãos daqueles que querem produzir.

Era isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido da Frente Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrata Cristão. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. (Declina).

Está encerrado o Horário do Expediente.

Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 146/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que estabelece o Ensino Obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.E., por unanimidade, e PARECER FAVORÁVEL da C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo Estadual, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e da C.C.E., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 44/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 39/87), objetivando a extinção de 8.303 (oito mil, trezentos e três) cargos de provimento efetivo da Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criados pela Lei n° 7424, de 17 de dezembro de 1980, e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade, e da C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 131/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor SYDNEY LIMA SANTOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/88, de autoria do Deputado HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, que declara de Utili-

dade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA IZABEL D'OESTE, com sede e foro no Município de Santa Izabel D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/87, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE CHOPINZINHO - CASA DA AMIZADE, com sede e foro no Município de Chopinzinho - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/87, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Xambê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 085/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Paraná a Doutora ROSY DE MACEDO PINHEIRO LIMA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 089/88, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública o GRUPO ESPÍRITA SOLIDARIEDADE, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 130, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 145, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 143, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 144, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 141, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 140, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 131, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 132, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 133, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 134, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 135, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 136, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 137, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 138, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 139, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 142, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 146, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 147, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 148, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 149, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 150, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 151, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 152, de autoria do

Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 153, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Eu queria registrar nos Anais da Casa, a presença honrosa, para nós, do Senhor Tadeu Dudec, Presidente do PDT em Cruz Machado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e se associa à manifestação e ainda ressalta que a esposa do Sr. Tadeu Dudec é candidata, nossa companheira, a Vice-Prefeito na chapa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que tem à frente o Sr. Vitor Oton.

Requerimento de nº 157, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Carlos Massignan, Sabino Campos, Dirceu Manfrinato e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 154, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 155, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 156, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 162, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 159, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 160, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 161, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 379/87.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 103 e 359/87, 85 e 89/88.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 63, 94, 101, 113 e 138/88.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 146 e 270/87.

Levanta-se a sessão.